

## Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – O Direito Humano À Água.....	3
1.1 A construção histórica dos direitos humanos.....	3
1.1.1 Fundamentos teóricos dos Direitos Humanos .....	4
1.1.2 A concepção contemporânea dos Direitos Humanos.....	11
1.1.3 A tutela ao meio ambiente a partir Direito Internacional dos Direitos Humanos: um paradigma para as águas .....	15
1.2 Direito humano à água .....	18
1.2.1 A água como elemento indispensável à vida .....	18
1.2.2 A escassez da água .....	23
1.2.3 Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à água potável.....	29
1.3 A água como direito da natureza .....	41
Capítulo 2 – A Sustentabilidade como Norte para Preservação da Água no Planeta.....	49
2.1 Sustentabilidade e sua definição .....	49
2.2 Dimensões da sustentabilidade .....	57
2.2.1 A dimensão ambiental da Sustentabilidade.....	58
2.2.2 A dimensão econômica da Sustentabilidade.....	60
2.2.3 A dimensão social da Sustentabilidade.....	63
2.2.4 A dimensão ética da Sustentabilidade.....	67
2.2.5 A dimensão tecnológica da Sustentabilidade .....	71
2.2.6 A dimensão jurídica da Sustentabilidade .....	73
2.3 Sustentabilidade como novo paradigma.....	77

2.4 Abordagem normativa da sustentabilidade.....	83
2.4.1 Evolução histórico normativo da Sustentabilidade .....	84
2.4.2 Pressupostos da Sustentabilidade enquanto princípio global e constitucional .....	88
Capítulo 3 – O Direito à Água no Brasil.....	93
3.1 A necessária abordagem sustentável da gestão das águas no contexto brasileiro.....	93
3.2 Evolução da regulamentação da água no Brasil.....	107
3.3 Fundamento constitucional da regulamentação dos recursos hídricos no Brasil.....	117
3.3.1 Natureza jurídica e dominialidade da água na Constituição Federal de 1988 .....	118
3.3.2 Competências constitucionais legislativas, administrativas e materiais comuns sobre águas .....	120
3.3.3 Abordagem principiológica da tutela ambiental na Constituição Federal de 1988 .....	123
3.3.4 A água e os demais direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988 .....	128
3.4 A Política Nacional de Recursos Hídricos.....	131
Capítulo 4 – A Regulamentação da Água na Legislação Espanhola .....	145
4.1 A Espanha no contexto hidrográfico europeu.....	145
4.2 A proteção do meio ambiente no marco da União Europeia.....	147
4.2.1 Os princípios gerais da política comunitária de proteção ambiental: intersecções com o marco da União Europeia para a proteção das águas .....	150
4.2.1.1 Princípio da precaução ou cautela.....	151
4.2.1.2 Princípio da Prevenção .....	152
4.2.1.3 Princípio da Integração .....	155
4.2.1.4 Princípio da Subsidiariedade .....	156
4.2.1.5 Princípio da correção da poluição na fonte ou causalidade ...	158

4.2.1.6 Princípio do “poluidor-pagador” .....	158
4.2.1.7 O princípio “Full Cost Recovery” ou da recuperação dos custos ....	164
4.3 A proteção do meio ambiente no marco do ordenamento jurídico Espanhol .....	165
4.3.1 A Constituição Espanhola e a proteção ambiental: análise na perspectiva dos princípios orientadores da proteção ambiental no ordenamento jurídico Espanhol.....	166
4.3.2 A regulamentação dos recursos hídricos no ordenamento jurídico Espanhol .....	176
Capítulo 5 – Análise da Lei de Recursos Hídricos à Luz da Responsabilidade do Brasil para com a Sustentabilidade e a Conscientização Ambiental .....	191
5.1 Responsabilidade ambiental e compromissos internacionais.....	191
5.2 Responsabilidade ambiental: apontamentos relevantes .....	206
5.2.1 A educação ambiental como etapa necessária ao despertar da consciência ambiental .....	212
5.2.2 A educação ambiental a partir da dimensão ética da sustentabilidade na perspectiva do Princípio Responsabilidade de Hans Jonas.....	223
5.3 A sustentabilidade na Política Nacional de Recursos Hídricos: uma análise comparativa na perspectiva da responsabilidade e da conscientização ambiental.....	225
Referências .....	243